

Documento propõe negociar novas condições com credores externos

JORNAL DO BRASIL 10 JAN 1985 *Sinda Ext*

Brasília — O Brasil não tem condições de liquidar a dívida externa dentro das atuais condições de prazo e taxas. Por isso, o próximo Governo, segundo as propostas introduzidas no programa Nova República, oferecido pelos parlamentares do PMDB ao candidato Tancredo Neves, deve impor um esquema de taxas, prazos e amortização compatível com as possibilidades brasileiras.

“Uma moratória, seguramente, dará ao país uma folga para a reestruturação da economia e reescalonamento da dívida”, diz o documento, mas admite que, “se ela for unilateral, poderá suscitar o poder de retaliação dos países credores, que, não financiando as exportações brasileiras, poderá deixar o país sem recursos para, pelo menos, continuar de pé. Ora, a recessão dos anos recentes já tornou o povo extremamente debilita-

do e sem condições de poder arcar com mais privações”.

Para as bases pemedebistas, o país deve estar atento ao fato de que “o mundo financeiro internacional e as nações ricas, cada vez mais, tenderão a exigir remédios clássicos, pretendendo manter o Brasil acorrentado ao modelo recessivo implantado nos últimos anos”.

De acordo com o PMDB, a negociação com os credores terá de ser essencialmente política, ainda que precedida de uma moratória unilateral, tanto no que diz respeito ao pagamento da dívida, como no que se relaciona ao comércio internacional de um modo particular.

O PMDB sugere a Tancredo Neves que, como a questão da dívida externa tem uma conotação internacional, atingindo muitos

países, esses entendimentos com os bancos deverão ser sincronizados com outras nações devedoras, pois isso ajudará “a fortalecer o elo político que forçará os ricos a uma decisão equânime e justa”.

O Partido considera que a amortização da dívida externa brasileira somente será possível mediante a adoção de um conjunto de sete medidas: 1. redução das taxas de juros a nível não superior a 6% ao ano; 2. aumento das exportações, no mínimo, em 5%, defesa dos valores de troca dos produtos brasileiros exportáveis; 3. conversão dos empréstimos de empresas multinacionais em capital de risco; 5. redução de gastos supérfluos em moedas estrangeiras; 6. redução da importação de produtos básicos de alimentação; 7. incremento da substituição de importações de matérias-primas e produtos manufaturados.